



VILHENA, Valéria Cristina (Org.). **Evangélicas: por sua voz e participação. Gênero em discussão.**

São Paulo: Fonte Editorial, 2015. 148 p.

ISBN 978-85-68252-91-8

Claudia Danielle Andrade Ritz *

A organizadora da obra, Valéria Cristina Vilhena, é Doutoranda no programa interdisciplinar da Universidade Presbiteriana Mackenzie em Educação, História da Cultura e Artes, além de mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.

No primeiro texto do livro, de autoria de Valéria Cristina Vilhena, denominado *Violências de Gênero, Evangélicos (a)políticos e os Direitos Humanos*, há uma constatação de que “viver sem violência é direito humano”. Nessa perspectiva, somos convidados(as) a refletir num cenário social, a partir dos evangélicos. Segundo a autora, os evangélicos se mobilizam mais por seu credo do que pela consciência de direitos humanos - como sendo direitos universais, em especial, o direito das mulheres de viverem sem violência.

A autora pondera sobre o conceito de gênero e orienta que deve ser abordado como categoria analítica que compõe os estudos feministas

Resenha submetida em 22 de maio de 2017 e aprovada em 25 de junho de 2017.

* Mestranda em Ciências da Religião no PPGCR da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.
Bacharel em Direito pela PUC Minas. Graduada em Teologia pelo Centro Universitário Izabela Hendrix (MG).
País de origem: Brasil. E-mail: adv.claudia@yahoo.com.br

contemporâneos e devem ser objeto de debate, devido à sua importância para a sociedade no âmbito da educação, da política, da família e da igreja. Considera que fugir de tal abordagem, é “perpetuar as desigualdades e caminhar na contramão da paz e dos direitos humanos” (p. 20). Aduz que “a bancada evangélica é a terceira da Casa em número de parlamentares” (75); “e andam na contramão dos direitos humanos” (p.22). Nesse contexto, alerta que manter uma fé cristã sexista não coopera para o fim da violência contra mulheres.

Avalia que a igreja é local que maltrata, espanca e humilha as mulheres e, por conseguinte, propõe que as igrejas não deem respaldo a esses atos. Para a autora, “as igrejas devem trabalhar na prevenção e não na impunidade” (p. 33). A Autora registra, ainda, que muitos religiosos parecem não ter a “Cultura da Paz” como luta e, sim, a manutenção de privilégios, como verdadeiros “guardiões do capitalismo religioso” (p.41). Conclui que o “igrejismo” repressivo contra as mulheres se apresenta com veste de espiritualidade, mas “na verdade são privilégios políticos que os homens perpetuam” (p. 42).

O segundo texto da obra, intitulado *Frida Vingren e a mulher assembleiana nos dias de hoje, uma biografia que inspira e desafia*, é de autoria de Ingrid Sabrina Amaral Dutra de Lima¹. É-nos apresentado um breve relato sobre Frida Vingren, a sueca que chegou ao Brasil em 03 de julho de 1917 e se casou com Gunnar Vingren, um dos pioneiros do pentecostalismo no país. Frida participou ativamente no ministério pastoral do marido, além de ser escritora e redatora dos jornais assembleianos, sendo uma inspiração às mulheres no novo papel e comportamento feminino, almejados.

Nesse texto, a autora propõe a reflexão sobre o papel desenvolvido por Frida e seu exemplo como estímulo para as mulheres assembleianas em nossos dias. Para tanto, traça o período anterior à chegada de Frida ao Brasil e o período posterior. Frida tinha uma inclinação para a atividade missionária e, em 27 de maio de 1917,

¹ Estudante de Teologia, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

foi ordenada missionária da Igreja Filadélfia de Estocolmo, sendo enviada ao Brasil, cumprindo seu desígnio missionário. O texto destaca que a atuação de Frida coincide com o tempo no qual se expandem algumas ideias feministas no Brasil.

Seguindo para o terceiro texto da obra, *O Deus que age nas fronteiras sociais do humano*, de Ângela Maringoli², somos provocados (as) a refletir sobre a questão de gênero e a segregação feminina, a partir do texto bíblico da “mulher samaritana”, que retrata as diferenças culturais, religiosas e raciais entre os povos judeus e samaritanos. A presença de Jesus no texto é apontada como sendo de um “sujeito” que interagiu na vida das comunidades, com a missão de reconciliar a humanidade. A autora traz informações históricas dos costumes dos judeus, para esclarecer como a atitude de Jesus foi inovadora e conciliatória. Ao tratar das relações matrimoniais judaicas daquele contexto, elucida sobre a monogamia dos casamentos e sobre como a mulher era apreciada após gerar filhos como herdeiros para a posteridade; e, sendo filho um “menino”, o respeito do marido aumentava. Esse recorte histórico ainda é percebido em nossa sociedade. De modo geral, o texto apresenta uma leitura bíblica inclusivista, respeitando as relações de gênero.

Finalizando, o quarto e último texto do livro, *Mulheres evangélicas no processo de empoderamento*, de Claudirene Bandini³, destaca as mudanças sociais nas relações entre homens e mulheres nas últimas décadas. A autora pontua que, entretanto, mesmo diante do engajamento das mulheres, algumas diferenças são observadas – como a da remuneração, por exemplo. Nesse percurso, cita o importante espaço conquistado pelas mulheres pentecostais em torno da liderança e do poder religioso em suas igrejas.

A autora adota a definição de gênero de Joan Scott, aduzindo que o conceito está estruturado nas diferenças percebidas entre os sexos e se constituem como forma de atribuir significado às relações de poder. Nessa esteira, aponta os elementos constitutivos da estrutura de poder: 1) Símbolos culturais, 2) conceitos

² Mestra e Doutoranda e em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.

³ Socióloga e pesquisadora (NEREP/UFSscar). Pós doutoranda em Ciências da Religião PUC-SP.

normativos, 3) organizações e instituições sociais e 4) identidade subjetiva. A relação entre esses quatro elementos constitui as relações de gênero, negando a universalidade do feminino e permitindo o reconhecimento da diversidade cultural e das relações sociais diferenciadas em espaços e tempos históricos.

Considera a autora que a religião pode participar no processo de violência simbólica, na qual a imposição masculina ocorre de forma quase invisível. A autora discorre sobre as conquistas das mulheres no Brasil e, ao tratar do empoderamento, utiliza o conceito de Cecília Lorio de “*instrumento de intervenção da realidade*”, o qual abrange 05 componentes: 1) Sentido de autoestima, 2) direito de escolhas, 3) direito de oportunidades, 4) direito de controlar o próprio destino, 5) direito de desenvolver capacidades para influenciar na ordem social. Considera a autora que, no processo de empoderamento, “a comunidade religiosa também passará por transformações, pois a influência política de gênero atingirá não somente a cultura interna da liderança masculina, mas todos os sujeitos que estão inseridos neste espaço social” (p.126).

Trata-se de uma obra que busca refletir, a partir do contexto evangélico, a discussão sobre gênero e o papel desempenhado pelas mulheres, fomentando a busca pela igualdade entre gênero.